



ao Poder Público, nos limites da lei, exigir, para a instalação de obra potencialmente causadora de degradação significativa ao meio ambiente, que seja apresentado estudo prévio de impacto ambiental.

- a - Somente a afirmativa III está correta;
- b - Somente a afirmativa I está correta;
- c - Somente as afirmativas II e III estão corretas;
- d - Somente as afirmativas I e III estão corretas;
- e - Todas as afirmativas estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

24 - Analisando a intervenção do Estado na propriedade privada, marque a alternativa correta:

- a - A Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul pode, em razão da competência, submeter a decisão político-administrativa de desapropriar um bem titularizado pelo particular, no âmbito do Estado, à aprovação prévia da Assembleia Legislativa Estadual;
- b - A União não detém primazia expropriatória sobre os bens dos Estados-Membros, cabendo ao Congresso Nacional, notadamente ao Senado Federal, que é o que garante o equilíbrio da organização federativa, o exercício de controle político sobre ato que se revista de tão grave repercussão no plano do domínio patrimonial dos entes que compõem o Estado Federal brasileiro. Se estamos diante de uma Federação e não há hierarquia entre os entes políticos, não há possibilidade legal da pretensa ordem hierárquica na expropriação de bens públicos de uma unidade da federação por outra;
- c - A jurisprudência do Pretório Excelso já proclamou a possibilidade de o Presidente da República declarar como de interesse social, para fins de reforma agrária, imóvel rural que preencha os requisitos legais para tal expropriação, ainda que objeto de doação a herdeiros necessários a título de adiantamento da herança, sob o fundamento de que a doação não acarreta, por si só, a divisão em diversas frações e o enquadramento da área como médias propriedades rurais insuscetíveis de desapropriação; enquanto o imóvel não tiver sofrido à margem da matrícula divisão ou desmembramento é passível de desapropriação;
- d - O Supremo Tribunal Federal firmou precedente de que a falta de posse direta do imóvel objeto de desapropriação não é causa suficiente de redução do valor da indenização, ainda que a pretensão esteja acompanhada da demonstração da efetiva depreciação do imóvel em virtude da presença de posseiros no local, por afrontar o comando da justa indenização;
- e - Não só a supremacia do interesse público serve de fundamento para a intervenção do Estado na propriedade privada, mas, também, a pretensão de ver cessada a prática de uma ilegalidade, a exemplo do art. 243, da Constituição Federal, que prescreve a expropriação das glebas nas quais se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas, mediante justa indenização ao proprietário.

25 - Acerca do concurso público, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - A vedação da Constituição Federal à modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público, em cargo que não

integra a carreira na qual anteriormente foi investido, não torna inaproveitável o aproveitamento de servidor estadual, devidamente requisitado, nos quadros da Justiça Eleitoral.

II - Determinada lei do Estado de Mato Grosso do Sul, do ano de 1.999, que assegura aos titulares efetivos dos cargos de Registro Civil das Pessoas Naturais das comarcas vinculadas, criadas por lei estadual, o direito de assumir, na mesma comarca, e desde que haja vacância, a titularidade do 1º Ofício de Notas, Protestos, Registro de Títulos e Documentos Civil das pessoas naturais viola o comando constitucional que disciplina o ingresso na atividade notarial e de registro.

III - O Supremo Tribunal Federal, em recente Ação Direta de Inconstitucionalidade, concluiu que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exercente de serviço público de forte caráter estatal, por não integrar a Administração Pública, não está sujeita à regra do concurso público para provimento de seus quadros.

IV - Determinada lei do Estado de Mato Grosso do Sul, de iniciativa do Governador do Estado, pode criar um diferenciado quadro de pessoal na estrutura dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para aproveitar servidores de outras unidades da Federação, oriundos de qualquer dos três Poderes, possibilitando movimentação no espaço funcional em ordem a posicionar um provimento derivado de cargos públicos, fora de qualquer mobilidade no interior de uma mesma carreira, sem afronta à regra constitucional da indispensabilidade do concurso público de provas ou de provas e títulos para cada qual dos cargos ou empregos a prover na estrutura de pessoal dos Poderes Públicos.

- a - Apenas estão corretos os itens I, II e III;
- b - Apenas estão corretos os itens I, III e IV;
- c - Apenas estão corretos os itens II e III;
- d - Somente o item III está correto;
- e - Nenhum dos itens está correto.

26 - A distinção entre discricionariedade intelectual e discricionariedade volitiva reside em que:

- a - A discricionariedade intelectual comporta a emissão de um juízo de valor acerca de determinada situação posta ao crivo da Administração Pública, enquanto que a discricionariedade volitiva prescinde de tal juízo;
- b - A discricionariedade intelectual se confunde com o princípio da legalidade estrita, enquanto que a discricionariedade volitiva se harmoniza com o princípio da razoabilidade;
- c - Na discricionariedade intelectual ocorre a interpretação de um conceito jurídico indeterminado, enquanto que na discricionariedade volitiva procede-se a uma análise da conveniência e oportunidade para a emissão de um ato administrativo;
- d - Não há distinção entre discricionariedade intelectual e discricionariedade volitiva;
- e - Na discricionariedade volitiva ocorre a interpretação de um conceito jurídico indeterminado, enquanto que na discricionariedade intelectual procede-se a uma análise da conveniência e oportunidade, para a emissão de um ato administrativo.

27 - De acordo com a jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção errada:

- a - Norma constitucional estadual que atribui aos Procuradores de classe especial remuneração não inferior à do Procurador-Geral do Estado afronta dispositivo da



Constituição Federal que veda a equiparação de vencimentos a servidores públicos (art. 37, III, CF);

b - O constituinte federal, ao estabelecer que "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo", criou apenas um limite, mas não uma relação de igualdade;

c - A revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, da remuneração dos servidores públicos e subsídio de que trata o §4º do art. 39 não impede a atualização, por lei, a qualquer tempo, dos vencimentos;

d - O §6º do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros, em decorrência de ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos e não como pessoas comuns;

e - Com relação ao §6º do art. 37 da Constituição Federal, havendo prejuízo a terceiro por força de agir tipicamente funcional, é possível extrair-se do citado dispositivo a responsabilidade "per saltum" da pessoa natural do agente, eis que poderá responder administrativa e civilmente não só perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional pertencer (ação regressiva), mas sofrer a imputação da responsabilidade civil de forma direta e imediata, sem a pretensa responsabilização do Estado.

28 - Analise os itens abaixo e marque a alternativa correta:

I - O controle dos recursos públicos utilizados pelo Estado-Membro no desempenho de suas tarefas, aí incluídos os repasses voluntários de verbas pela União, é exercido pelo respectivo Tribunal de Contas Estadual.

II - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

III - São pressupostos da ação popular, que, para conhecimento da demanda, devem estar presentes conjunta ou alternativamente: a) a lesividade do ato ao patrimônio público; e b) a nulidade ou anulabilidade do ato lesivo.

IV - Segundo a doutrina, o necessário é que a Administração Pública, ao punir o servidor, demonstre a legalidade da punição. Feito isso, ficará justificado o ato e resguardado de revisão judicial, visto que ao Judiciário só é permitido examinar o aspecto da legalidade do ato administrativo, não podendo adentrar nos motivos de conveniência, oportunidade ou justiça das medidas de competência exclusiva do Executivo. Permitido é ao Poder Judiciário examinar o processo administrativo disciplinar para verificar se a sanção imposta ao servidor é legítima e se a apuração da infração atendeu às exigências do devido procedimento legal.

a - Somente estão corretos os itens I, II e IV;

b - Somente estão corretos os itens I, III e IV;

c - Somente o item II está correto;

d - Somente estão corretos os itens II e IV;

e - Nenhuma dos itens está correto.

29 - Segundo o princípio da legalidade remuneratória:

a - Somente devem ser objeto de fixação através de lei as vantagens inerentes à remuneração do servidor público, destinando-se ao regulamento a disposição de demais vantagens inerentes ao cargo, tais como verba de representação, gratificação de substituição, etc;

b - Deve ser objeto de regulamentação através de decreto a composição de todo e qualquer elemento da remuneração do servidor público;

c - As vantagens pessoais inerentes à função desempenhada pelo servidor público podem ser disciplinadas por decreto autônomo;

d - Todo elemento integrante da remuneração do servidor público deve ser fixado através de lei específica;

e - Toda vantagem financeira inerente ao cargo ou função deve ter seu conteúdo disciplinado por ato normativo expedido pelo Secretário da pasta ao qual se vincula o servidor.

30 - Sobre a modalidade licitatória Pregão, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I - Na instalação da licitação, a escolha do Pregão como fórmula competitiva deve ser limitada unicamente pela caracterização de seu objeto (bem ou serviço) como "comum", admitindo esse objeto apenas duas variáveis decisivas: a) comportar, ou não, definição objetiva de padrões de desempenho e qualidade por meio e especificações usuais do mercado; e b) adequar-se, ou não, à apresentação das propostas e lances em sessão pública.

II - A licitação na modalidade Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

III - É cabível a exigência de garantia da proposta no Pregão.

a - Apenas as assertivas I e II estão corretas;

b - Apenas a assertiva II está correta;

c - Todas as assertivas estão corretas;

d - Todas as assertivas estão erradas;

e - Apenas a assertiva I está errada.

31 - São elementos componentes do princípio da razoabilidade:

a - O atendimento ao princípio da supremacia do interesse público, a indisponibilidade do interesse público e a proporcionalidade em sentido estrito;

b - A legalidade, a proporcionalidade em sentido estrito e a motivação;

c - A finalidade, a legalidade e a proporcionalidade em sentido estrito;

d - Exclusivamente a proporcionalidade em sentido estrito;

e - Adequação meio-fim, a necessidade e a utilidade.

32 - Analisando a representação judicial dos Poderes Judiciário e Legislativo, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I - A jurisprudência, inclusive a do Supremo Tribunal Federal, e a doutrina têm reconhecido aos Poderes Judiciário e Legislativo personalidade judiciária (capacidade processual), por titulares direitos subjetivos públicos.

Os Poderes Legislativo e Judiciário não podem realizar a representação do Estado em juízo, mas, tão-somente, a representação de seus próprios direitos subjetivos públicos.

III - Somente quem possui personalidade jurídica é apto a ajuizar uma ação mandamental. Tal legitimidade não pode ser atribuída aos órgãos do Estado para a defesa de suas autonomias e prerrogativas institucionais por não titulares desta personalidade jurídica, ficando a cargo exclusivo da Procuradoria-Geral do Estado essa atuação judicial.

- a - Apenas a assertiva I é falsa;
- b - Apenas a assertiva III é falsa;
- c - Apenas as assertivas I e II são falsas;
- d - Apenas a assertiva II é verdadeira;
- e - Apenas a assertiva II é falsa.

33 - É considerado instrumento de convalidação do ato administrativo inválido:

- a - A competência;
- b - A finalidade;
- c - A motivação;
- d - O atendimento ao interesse público, ainda que por via transversa;
- e - A prescrição.

34 - Assinale a alternativa correta:

- a - A Lei nº 8.666/93 não prevê limites para as alterações contratuais quantitativas;
- b - A Administração Pública não é permitido rescindir contrato administrativo nos casos em que o contratado venha cumprindo a contento suas obrigações;
- c - As empresas que celebram contratos administrativos somente podem pleitear a rescisão deles ao argumento da exceção do contrato não cumprido se não receberam os valores devidos por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;
- d - Em regra, o prazo de duração dos contratos administrativos está adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário;
- e - Admite-se o contrato verbal com a Administração Pública para pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas, segundo a Lei nº 8.666/93, aquelas de valor não superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido na modalidade licitatória convite para compras e demais serviços que não sejam de engenharia, feitas em regime de adiantamento.

35 - A promoção de servidor público estadual, entendida como a elevação a grau ou categoria superior a que este ocupa na carreira, caracteriza-se como:

- a - Direito subjetivo do servidor;
- b - Direito potestativo do servidor;
- c - Faculdade da Administração Pública, condicionada a um juízo discricionário;
- d - Dever-poder da Administração Pública, condicionado a um juízo discricionário;
- e - Dever-poder incondicionado da Administração Pública.

36 - Analise as assertivas a seguir, após responda:

I - Caso a Administração Pública tenha percebido que editou um ato administrativo ilegal, deverá anulá-lo somente após comunicar o fato ao Poder Judiciário.

II - Os bens que, segundo a destinação, embora integrando o domínio público, os demais, deles diferem pela possibilidade de ser utilizados em qualquer interesse, mesmo alienados pela Administração, se assim esta o desejar, são chamados bens de uso comum.

III - Em caso de ilegalidade do ato administrativo, a Administração deverá revogá-lo ou anulá-lo.

IV - A um ato administrativo para cuja prática exige-se a conjugação de vontade de mais de um órgão da Administração denomina-se ato administrativo complexo.

V - O concurso público é ato-condição para a nomeação em cargo de provimento efetivo.

- a - Todas as assertivas estão corretas;
- b - Todas as assertivas estão erradas;
- c - Apenas as assertivas I e II estão erradas;
- d - Apenas a assertiva V está correta;
- e - Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

37 - Marque a alternativa correta:

- a - A licitação é considerada fracassada quando não lhe acodem interessados, restando possível a dispensa de licitação nesse caso;
- b - A licitação é considerada fracassada quando não comparecem interessados, o que caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação;
- c - A licitação é considerada fracassada quando comparecem interessados, mas nenhum é selecionado, em decorrência de inabilitação ou desclassificação dos concorrentes;
- d - A licitação é considerada deserta quando, tão somente, comparecem os interessados notificados por carta convite;
- e - Não há distinção entre licitação deserta e licitação fracassada.

38 - Marque a alternativa correta:

I - O direito de greve, previsto na Constituição da República e disciplinado em lei específica, pode hoje ser livremente exercido pelo servidor público, sem qualquer restrição advinda do princípio da continuidade do serviço público.

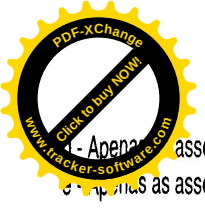
II - Não incide na vedação constitucional à acumulação remunerada de cargos públicos o exercício de um cargo de Enfermeiro e de um cargo de Médico na Administração Direta, com compatibilidade de horários e observância do teto remuneratório.

III - A estabilidade do servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público opera-se em 03 (três) anos de efetivo exercício e pressupõe aprovação em procedimento de avaliação periódica de desempenho realizada por comissão específica para tal fim.

IV - Em qualquer hipótese, ocorrendo invalidez permanente, os proventos da aposentadoria serão integrais, independentemente do tempo de contribuição do servidor público.

V - A investidura em cargo público dá-se com a nomeação.

- a - Apenas a assertiva III está correta;
- b - Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- c - Apenas as assertivas III e V estão corretas;



38 - Apenas as assertivas IV e V estão erradas;
39 - Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

39 - O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão Pública, objetivando a cobrança de pedágio sobre o rio Paraguai, próximo à cidade de Corumbá (MS), publicou Edital de Licitação destinado à contratação de empresa privada para construir o respectivo posto de cobrança de pedágio e gerir a percepção de tal recurso. Na hipótese:

- a - Não é exigível a realização de licitação face à ocorrência de circunstância impeditiva da realização do certame, a qual se caracteriza na especialidade de empresa cuja finalidade é cobrança de pedágio;
- b - É imprescindível a realização de licitação de concessão de serviço público;
- c - A licitação para exploração e cobrança de pedágio caracteriza hipótese de permissão de serviço público, considerando que o Rio Paraguai é bem indisponível, de uso comum do povo;
- d - A licitação não pode ser realizada pela Secretaria de Gestão, órgão sem personalidade jurídica, mas sim por empresa pública;
- e - Não é possível a realização de licitação porquanto referido certame visa a utilização de bens públicos (rodovia e Rio Paraguai), o que é vedado pela Lei de Licitações, devendo o Estado criar empresa pública para exploração do serviço de pedágio sobre o Rio Paraguai.

40 - Em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista, pode-se afirmar que:

- a - Há dois tipos fundamentais: exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviços públicos ou coordenadoras de obras públicas e demais atividades públicas;
- b - Enquanto prestadoras de serviços públicos ostentam estrutura e funcionamento de empresa particular, sem influxo dos princípios e regras de Direito Público;
- c - As empresas públicas terão, necessariamente, a forma de sociedade anônima;
- d - Quando prestadoras de serviços públicos, sejam ou não concessionárias, possuem qualificação jurídica para exercer atividade pública (como é o serviço público), mostrando-se titulares de tal atividade, e não apenas do exercício dela;
- e - A proibição de acumular cargos públicos, salvo exceções constitucionalmente previstas, não abrange empresas públicas e sociedades de economia mista.

41 - Segundo a teoria dos motivos determinantes é correto afirmar:

- a - Todo ato administrativo deve ter sua motivação expressamente prevista em lei;
- b - A inexistência dos motivos explicitados pelo agente para a prática do ato administrativo invalida o ato, ainda que outros motivos de fato existam para justificá-lo;
- c - Os motivos invocados para a prática do ato administrativo fazem parte do mérito do ato e não podem ser apreciados judicialmente;
- d - Cumulando-se vários motivos determinantes, a ilicitude de um deles induz à invalidade do ato, ainda que os demais sejam suficientes para sua legitimação;
- e - A motivação invocada no ato "espontaneamente" não se presume determinante, isto é, não se vincula ao ato por não ter sido condição imprescindível para a sua prática.



- 42 - A aposentadoria do servidor público revela-se enquanto direito subjetivo:
 - a - No momento em que o servidor a requer;
 - b - Quando o servidor adquire as condições necessárias para se aposentar;
 - c - Com a publicação do ato de aposentadoria na Imprensa Oficial;
 - d - Somente com a decisão de deferimento do pedido de aposentadoria;
 - e - Com a observância das regras legais e das normas constitucionais relacionadas com a concessão da aposentadoria.

43 - Com fundamento na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul assinale a alternativa incorreta:

- a - A Procuradoria-Geral do Estado tem por chefe o Procurador-Geral do Estado, de livre nomeação do Governador do Estado, escolhido dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico, reputação ilibada, com mais de dez anos de prática profissional;
- b - Integram o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado o Procurador-Geral do Estado, o Corregedor-Geral e cinco Procuradores do Estado representantes de cada uma das categorias da carreira;
- c - O Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado é designado pelo Procurador-Geral do Estado, eleito pelo Conselho Superior, dentre os Procuradores do Estado integrantes da categoria especial, para mandato de dois anos, permitida a recondução por mais um período;
- d - A função de Procurador-Geral Adjunto do Estado será exercida por Procurador do Estado nomeado por ato do Governador do Estado, escolhido dentre os Procuradores do Estado em atividade com no mínimo dez anos de prática profissional, dos quais pelo menos cinco anos na carreira;
- e - A instalação de Procuradorias Especializadas e Procuradorias Regionais será feita pelo Procurador-Geral do Estado, após sua instituição por ato do Governador do Estado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

44 - Dadas as afirmações abaixo, assinale 'V' para as verdadeiras e 'F' para as falsas e, após, marque a opção que corresponda à sequência correta:

I - Para o STF, a imunidade dos livros, jornais e periódicos abrange apenas os materiais relacionados com o papel, não alcançando, portanto, a tinta utilizada na impressão de jornal.

II - O STF dá interpretação restritiva à imunidade dos livros, jornais e periódicos, de modo que não se há falar em exclusão da incidência do ICMS na entrada das seguintes mercadorias, importadas do exterior e utilizadas na produção e distribuição de jornais: solução de base alcalina concentrada, motor de corrente contínua, "drive" de retificação de corrente e tiras de plástico para amarrar jornais.

III - O STJ sumulou o entendimento segundo o qual a compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

IV - O ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal tem, por si só, o condão de suspender o curso de execução fiscal já proposta, mesmo quando desacompanhada de depósito no montante integral.

V - Se a ação anulatória está acompanhada de depósito integral do tributo devido, não há possibilidade de se prosseguir com a execução que fica paralisada, se já

adquirido, não há empecilho para a sua propositura, se o depósito na anulatória, arquivado, não der à execução.

- a - F, V, V, F, V;
- b - F, V, F, F, F;
- c - V, V, V, F, F;
- d - V, V, V, F, V;
- e - V, V, V, V, V.

45 - Em matéria de lançamento, julgue os itens seguintes, conferindo 'V' para as afirmativas verdadeiras e 'F' para as afirmativas falsas, marcando a alternativa que indique a sequência correspondente.

I - Uma lei nova que institua novos critérios de apuração de um imposto ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, não pode ser utilizada para o lançamento referente a fato gerador anterior a sua publicação, em face do princípio da irretroatividade.

II - O lançamento direto depende necessariamente da colaboração do contribuinte.

III - O pagamento do imposto realizado pelo contribuinte independentemente de prévio exame da autoridade administrativa caracteriza o lançamento por declaração.

IV - A revisão de lançamento só pode ser iniciada enquanto não for extinto o direito da Fazenda Pública.

V - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.

- a - V, V, V, V, V;
- b - F, F, F, F, F;
- c - F, F, F, V, F;
- d - F, F, F, V, V;
- e - V, V, V, F, F.

46 - A responsabilidade pelo crédito tributário pode ser atribuída de modo expreso:

a - Somente ao contribuinte, assim entendido aquela pessoa que tem relação pessoal e direta com o elemento objetivo do fato gerador;

b - A terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou a atribuindo em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial do referido crédito;

c - Ao contribuinte, podendo ser estendida à terceira pessoa somente em casos de dolo ou culpa;

d - Somente ao contribuinte, pois à terceira pessoa a responsabilidade é sempre supletiva;

e - À terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, mas sem possibilidade de exclusão da responsabilidade solidária do contribuinte.

47 - Em se tratando de sucessão de uma pessoa jurídica por outra, relativamente a tributos devidos por aquela, pode-se afirmar que:

a - No caso de aquisição de estabelecimento comercial, com continuidade da respectiva exploração pelo adquirente, este responde pelos tributos devidos;

b - O adquirente responderá integralmente pelos tributos, mesmo se o alienante prosseguir na exploração da atividade comercial;

c - No caso de aquisição de fundo de comércio, com a continuidade da exploração, o adquirente responde apenas pelos impostos, afastando a exigência de multas, juros e correções monetárias;

d - O adquirente só responderá pelos tributos incidentes na produção;

e - Não ocorre substituição porque o alienante permanece com a obrigação tributária.

48 - Em face do que dispõem as normas atualmente vigentes do ICMS, é correto afirmar que:

a - Não incide sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar;

b - Incide nas operações que destinem ao exterior produtos industrializados e semi-elaborados;

c - É devido nas operações sobre ouro, quando definido em lei como ativo financeiro;

d - Não incide sobre operações que destinem ao exterior mercadorias e serviços prestados a destinatários no exterior;

e - Somente incide nas operações internas.

49 - De acordo com a legislação tributária vigente, avalie as afirmações abaixo e marque a opção que corresponda, na devida ordem, ao acerto ou erro de cada uma (V ou F, respectivamente).

I - Multa decorrente de obrigação acessória constitui obrigação principal.

II - Se a lei impõe a determinados sujeitos que não façam alguma coisa, está a lei impondo uma obrigação tributária acessória e a simples situação de fato que a lei considera relevante para impor a abstenção já é considerada fato gerador dessa obrigação.

III - Quando um sujeito passivo não está sujeito ao imposto, mas apenas a prestar informações ao fisco sobre matéria de interesse da fiscalização, esta configura obrigação tributária principal.

IV - A exclusão do crédito tributário, que é o principal, dispensa, como consequência lógica e jurídica, o cumprimento das obrigações acessórias.

- a - V, V, V, F;
- b - V, V, F, F;
- c - V, V, F, V;
- d - F, F, F, V;
- e - F, F, V, V.

50 - Avalie as afirmações abaixo e marque a opção que corresponda, na devida ordem, as respostas aos questionamentos formulados.

I - As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor ao fisco a inexistência de sua constituição formal?

II - Segundo decorre do Código Tributário Nacional, silvícola, enquanto durar sua incapacidade civil, é passível de ter capacidade tributária?

III - Certa pessoa dedicada ao comércio ambulante, sem endereço fixo, somente encontrado junto à sua banca de comércio, poderá ser considerada pela autoridade fiscalizadora como sem domicílio fiscal?

IV - A pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios podem ter capacidade tributária passiva?

- a - Não, Sim, Não, Sim;
b - Sim, Não, Não, Não;
c - Sim, Não, Sim, Não;
d - Não, Não, Não, Não;
e - Sim, Sim, Sim, Sim.

51 - Diz o Código Tributário Nacional que "a legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação". A legislação mencionada, salvo disposição em contrário, aplica-se, exclusivamente:

- a - A pessoas naturais ou jurídicas que sejam contribuintes do imposto a que alude a norma respectiva;
b - A pessoas naturais ou, quando se trate de pessoa jurídica, a seus diretores ou representantes legais, desde que não sejam imunes ao aludido imposto;
c - A pessoas jurídicas que sejam contribuintes ou responsáveis por tributos em geral ou pelo tributo específico a que se refira;
d - A pessoas naturais ou jurídicas não imunes, inclusive às que sejam isentas ou não tributadas por força de norma infraconstitucional (leis, decretos etc.);
e - A todas as pessoas que se encontram em seu campo de incidência, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

52 - Assinale, abaixo, a opção que, segundo decorre do Código Tributário Nacional, contém afirmação falsa quanto à inscrição do crédito tributário em dívida ativa e a emissão de certidões de regularidade fiscal:

- a - A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, dispensando a autoridade exequente, portanto, do ônus de provar sua legitimidade;
b - A data em que foi inscrita é requisito indispensável a ser indicado no termo de inscrição em dívida ativa, sob pena de nulidade;
c - A nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada;
d - A certidão positiva de que conste a existência de créditos não vencidos, o Código Tributário Nacional atribuiu o mesmo efeito de certidão negativa;
e - A certidão de que conste a existência de créditos vencidos, mas que estejam em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora suficiente para a garantia da execução ou cuja exigibilidade esteja suspensa, tem efeito de certidão negativa.

53 - De acordo com a Constituição Federal, está reservado à lei complementar:

- a - Fixar, para efeito de cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;
b - Estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais;

c - Instituir contribuições sociais de intervenção no domínio econômico e de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção da União nas referidas áreas;

d - Instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não na competência tributária da União, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação;

e - Estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas que envolvam operações de circulação de mercadorias.

54 - No tocante aos princípios constitucionais tributários, é certo que:

a - O princípio da anualidade impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

b - As contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social, diferentemente das contribuições de melhoria, estão sujeitas ao princípio da anterioridade nonagesimal;

c - Por força do princípio da anterioridade nonagesimal, não se poderá cobrar contribuições sociais antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que as instituíram ou aumentaram, sem prejuízo do atendimento ao princípio da anterioridade tributária disposta no artigo 150, inc. III, 'b', da Constituição Federal;

d - O princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza;

e - O princípio da uniformidade geográfica, segundo o qual os institutos deverão ser uniformes em todo o território nacional, impede a concessão de incentivos fiscais que visem a correção de desequilíbrios do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.

55 - Dadas as afirmações abaixo, assinale 'V' para as verdadeiras e 'F' para as falsas e, após, marque a opção que corresponda à sequência correta:

I - A substituição do indexador para atualização monetária da base de cálculo do tributo não implica majoração, em razão do que não está sujeita ao princípio da anterioridade.

II - Segundo o CTN, o prazo de recolhimento do tributo está sujeito ao princípio da reserva legal, já que integra os aspectos da hipótese de incidência tributária.

III - As isenções tributárias podem ser suprimidas a qualquer tempo, ainda que concedidas sob condição onerosa.

IV - A imunidade recíproca é uma decorrência pronta e imediata do postulado da isonomia dos entes constitucionais, sustentado pela estrutura federativa do Estado Brasileiro.

a - V, V, F, F;

b - V, F, F, F;

c - V, F, F, V;

d - F, V, F, V;

e - F, F, V, V.

56 - As alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação devem ser fixadas por meio de:

a - Lei Ordinária Estadual;